

CONCENTRAÇÃO DA POSSE DE TERRAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE MATO GROSSO NO PERÍODO 1985-1995/96

Paula Luciana da Silva, Lázaro Camilo Recompesa Joseph

Resumo: O trabalho procura demonstrar que o modelo do agronegócio aplicado na ocupação/desenvolvimento do Estado representa uma atividade concentradora de terra, dificultando uma ocupação demográfica tradicional do espaço rural e com claros impactos no tecido urbano. Através da determinação do índice de GINI para os censos agropecuários dos anos de 1985 e 1995-96, revelam-se implicações desse modelo no tecido urbanos das cidades do Estado, evidenciando as correlações entre as varias variáveis como: concentração fundiária, imigração, desmatamento, ocupação, destinação das terras e fixação da população.

Palavras-chave: Questões Fundiárias, Agronegócio e Sustentabilidade.

1. Introdução

A luta pela terra esteve sempre presente na história do Brasil, mas foi a partir da década de 1940 que ganharam força os debates que ligavam os problemas sociais do país à existência do latifúndio e à necessidade de realizar a reforma agrária para superar os conflitos no campo. Nos anos 1960, floresceram as ligas camponesas no Nordeste e a organização dos trabalhadores rurais com o objetivo de reivindicar a distribuição mais equitativa da terra – o que aumentou a pressão pela realização da reforma agrária durante o governo do presidente João Goulart.

Porém, com o golpe militar de 1964, instalou-se uma ditadura a serviço do capital monopolista, subordinando a ele a agricultura. Não existia, nesse contexto, espaço para uma reforma agrária que diminuísse a desigualdade social. Na maioria dos casos, o que se viu foi a cria-

ção de assentamentos para fixar mão-de-obra barata perto de fazendas¹. Incentivos fiscais e empréstimos foram facilitados para a ocupação das chamadas “fronteiras agrícolas” que beneficiaram principalmente o estabelecimento das grandes propriedades para agricultura ou pecuária.

Segundo Reydon (2006) este é cerne do crítico problema agrário no Brasil, que tem suas origens no padrão de ocupação e de desenvolvimento do país, que na sua gênese, não passou pela ruptura da “sagrada aliança” entre a burguesia e os proprietários de terra, ou seja, o processo de modernização da economia brasileira não rompeu com as forças mais retrógradas, mantendo o poder político concedido aos proprietários de terra. As evidências de que o conjunto das regulações fundiárias no Brasil foi estabelecido para beneficiar os proprietários de terras podem ser atestadas historicamente, entre outros, pela permanência da “posse” como figura jurídica fundamental de apropriação da terra, sendo esta uma conquista dos proprietários de terras, pois a mesma permite a incorporação de novas áreas com custos bastante reduzidos. (*Idem*)

Além da alternativa da posse e com o pretexto de que era necessário povoar os “*espaços vazios*”, o Estado investiu grandes somas de recursos públicos para criar infra-estrutura, como estrada, hidrelétricas, facilitação de créditos, concessão de subsídios estaduais, além da especulação com a terra. Este tipo de ocupação/desenvolvimento no caso do estado de Mato Grosso permitiu que se ignorassem as comunidades tradicionais, indígenas e os posseiros que já moravam nesses locais, processo que favoreceu e possibilitou o desmatamento de grande parte da Amazônia. Segundo Mançano (2004), com a introdução do conceito de *agronegócio* e a construção da sua imagem, visa-se renovar a agricultura capitalista sendo esta apresentada como “moderna”. Assim, com este “novo” conceito, os proprietários de grandes extensões rurais tentam vincular sua figura e imagem à de modernas empresas agrícolas, cujos lucros e resultados impulsionam o bom desempenho da balança comercial brasileira.

1 Nota-se, por exemplo, o ‘boom’ que o estado de Mato Grosso teve nos anos noventa: em 1994 haviam sido realizados cerca de 50 assentamentos pelo INCRA, enquanto em 1999 esse número cresce para cerca de 275 (Ver Gomes, 2000).

O agronegócio, enquanto conjunto de atividades que abrangem a produção agropecuária e florestal, o beneficiamento de seus produtos e subprodutos ou a agroindustrialização, as empresas produtoras de insumos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas, tratores etc.), o comércio dessas mercadorias, o sistema bancário relacionado com o crédito rural e o seguro agrícola, está sendo reduzido pela propaganda dominante à esfera daqueles produtos e subprodutos diretamente relacionados com a exportação e negociados na Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F) tais como exemplos o milho (grão, óleo), a soja (grão, óleo e farelo), os suínos, as aves, os bovinos (carne, couro, peles), os produtos florestais (madeira, papel e pasta de celulose), ou seja, agronegócio na ideologia dominante é sinônimo de agronegócio burguês (Carvalho, 2004). Nesse sentido ideológico, a propaganda dá a entender subliminarmente que, por um lado, são os grandes produtores os responsáveis pela produção dessas mercadorias e, por outro lado, que essas mercadorias abrangem a totalidade do agronegócio. Negam, assim, a existência de “*agronegócios democráticos e populares*”. (Idem)

O trabalho tem como objetivo caracterizar a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso no período de 1985 e 1995-96 com o intuito de mostrar que o processo de abertura de novas áreas produtoras significou a aplicação de um modelo de produção que favorece a uma elite rural que já acumula inúmeras vantagens, recebidas dos governos federais, estaduais e municipais, sendo uma delas a facilidade de aquisição de terras públicas a responsável pela criação de imensos latifúndios no Estado, o que explica em grande parte a origem da concentração de terras e da riqueza existente hoje em dia.

Para isto, no primeiro ponto utilizam-se diferentes estratos do tamanho da área (terra) e baseado nos dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995-96. Em primeiro momento, analisa-se a dinâmica e evolução do número e área de estabelecimentos rurais; em um segundo momento, no final do período analisado, destaca-se o uso da terra no estado de Mato Grosso. No segundo ponto calcula-se o índice de Gini para determinar o nível de concentração da terra nas diferentes microrregiões do estado. A seguir, levanta-se uma reflexão em relação à migração

interestadual segundo a área de destino “urbana” ou “rural” provocada pelo próprio processo de concentração de terra, colocando-se algumas cifras que relacionam o pessoal ocupado segundo grupos de atividade econômica com o intuito de alertar que a partir do momento em que a lavoura torna-se uma atividade de grandes produtores há um novo processo de exclusão. Por último, abordamos os efeitos do processo de concentração da posse da terra no desenvolvimento não sustentável do estado de Mato Grosso no período analisado.

2. Metodologia

Para alcançar os objetivos traçados na realização do trabalho foram levantadas informações e dados secundários a partir da compilação de diversas fontes como IBGE, Censos Agropecuários, dissertações, revistas especializadas etc. Os dados referentes aos estratos de terra do estado de Mato Grosso referente ao período de 1985 e 1995-96 agrupam-se da seguinte forma (Ver Tabela 1):

Tabela 1- Estrato de tamanho de estabelecimentos rurais

<i>ESTRATO</i>	<i>ÁREA (HÁ)</i>
01	Menos de 50
02	De 50 a 100
03	De 100 a 200
04	De 200 a 500
05	De 500 a 1.000
06	De 1.000 a 5.000
07	De 5.000 a 10.000
08	Mais de 10.000

Fonte: Elaborado pelos autores

Como continuação, agrupou-se o estado de Mato Grosso em 22 microrregiões seguindo as definições atribuídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para o ano base de 1995-96 (Ver Tabela 2):

Tabela 2- Mesos e microrregiões de Mato Grosso

MR - Norte Matogrossense	MR - Sudoeste Matogrossense
MRH - Aripuanã	MRH - Alto Guaporé
MRH - Alta Floresta	MRH - Tangará da Serra
MRH - Colíder	MRH - Jauru
MRH - Parecis	MR - Centro Sul Matogrossense
MRH - Arinos	MRH - Alto Paraguai
MRH - Alto Teles Pires	MRH - Rosário Oeste
MRH - Sinop	MRH - Cuiabá
MRH - Paranatinga	MRH - Alto Pantanal
MR - Nordeste Matogrossense	MR - Sudeste Matogrossense
MRH - Norte Araguaia	MRH - Primavera do Leste
MRH - Canarana	MRH - Tesouro
MRH - Médio Araguaia	MRH - Rondonópolis
	MRH - Alto Araguaia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE- 1995-1996.

Posteriormente, calcularam-se as participações relativas de cada estrato e o uso da terra ao nível do estado; em seguida, determinou-se o Índice de Gini para cada meso e microrregião dentro do estado de Mato Grosso: os cálculos foram efetuados baseados em Hoffmann (1980), referentes ao índice de GINI. O índice de GINI é uma medida de concentração de renda, derivada da curva de Lorenz². O índice de GINI é determinado pela seguinte expressão: $GINI = (A)/(A+B)$ considerando-se que os eixos horizontal e vertical somados seriam igual a 100% ou 1 pode-se dizer que a área total abaixo da diagonal é igual a $1/2$. Assim $A = (1/2) - b$ substituindo-se o valor de A na expressão acima, pode-se chegar à seguinte fórmula $GINI = 1 - 2(B)$. Convencionou-se que se pode classificar o nível de concentração de terra segundo os valores do índice de GINI, da maneira citada por Câmara apud de Camargo *et al* 1996. Ver Tabela 3.

2 A curva de Lorenz é obtida através da representação gráfica entre a porcentagem cumulativa das unidades (número de estrato) no eixo horizontal contra a porcentagem cumulativa da área média de cada estrato de área no eixo vertical.

Tabela 3- Índice de Gini e Grau de Concentração

<i>Índice de GINI</i>	<i>Concentração</i>
De 0,000 a 0,100	Nula
De 0,101 a 0,250	Nula á fraca
De 0,251 a 0,500	Fraca á média
De 0,501 a 0,700	Média á forte
De 0,701 a 0,900	Forte a muito Forte
De 0,901 a 1,000	Muito forte á absoluta

Fonte: Camargo et. al 1996

No item 3ª, utilizando o(s) pacote(s) estatístico Excel onde se calcula a correlação entre o desmatamento bruto e o número de vítimas fatais no campo no estado de Mato Grosso com o intuito de argumentar que esses dois fenômenos são *faces* de uma mesma moeda dentro do modelo de ocupação/desenvolvimento utilizado.

3. Dinâmica e Evolução do Número e Área de Estabelecimentos Rurais em Mato Grosso: 1985 a 1995-95

Ao analisarmos os dados do censo para Mato Grosso de 1985 a 1995-96, verificamos que foram incorporados cerca de 50% de novas áreas para a exploração agropecuária nesse período. Sendo que no ano de 1985 o número de estabelecimentos com menos de 50 hectares “dedicados à atividade agropecuária” representavam 61% do total dos estabelecimentos do Estado, já no ano de 1995/96 equivaliam a 41% refletindo uma diminuição de 20% (Ver Tabela 4). Nesse mesmo período, o número de estabelecimentos com mais de 5000 e 10000 hectares e que representavam 2% do total dos estabelecimentos do Estado cresceram em 66% e 17% respectivamente (*Idem*). Por outro lado, em relação à área ocupada entre 1985 e 1995/96, os estabelecimentos menores de 50 hectares ocupavam apenas 1% do total das terras do estado, enquanto os estabelecimentos maiores de 10.000 hectares ocupavam 52% e 41% respectivamente. (*Idem*).

Pode-se assim inferir que para os migrantes ou mesmo resi-

Tabela 4 - Número e área de estabelecimentos rurais segundo estratos em Mato Grosso, período de 1985 e 1995-96

Estrato de terras/ano	Nº de estabelecimentos			Área dos Estabelecimentos			Área média dos Estabelecimentos						
	1985 (a)	Nº Estab/ Nº Total	1995-96 (b)	Nº Estab/ Nº Total	(b-a)/a	1985 (c)	Área Estab./ Área Total	1995-96 (d)	Área Estab./ Área Total	(d-c)/ c	1985 (e)	1995-96 (f)	(f-e)/e
Total	62,2	1,00	78,76	1,00	0,26	35.109,41	1,00	49.839,63	1,00	0,42	0,56	0,63	0,12
Área < 50	37,92	0,61	32,04	0,41	(0,16)	376,81	0,01	563,28	0,01	0,49	0,01	0,01	0,77
50 < área < 100	5,94	0,10	14,83	0,19	1,50	419,36	0,01	982,16	0,02	1,34	0,07	0,06	(0,06)
100 < área < 200	6,20	0,10	10,73	0,14	0,73	808,29	0,02	1.385,11	0,03	0,71	0,13	0,12	(0,01)
200 < área < 500	5,13	0,08	8,69	0,11	0,69	1.630,11	0,05	2.735,58	0,05	0,68	0,31	0,31	(0,01)
500 < área < 1.000	2,45	0,04	4,43	0,06	0,81	1.694,64	0,05	3.116,38	0,06	0,84	0,68	0,70	0,02
1.000 < área < 5.000	3,27	0,05	6,20	0,08	0,90	4.892,47	0,14	8.119,55	0,16	0,66	1,49	1,30	(0,12)
5.000 < área < 10.000	0,62	0,01	1,04	0,01	0,66	4.593,33	0,13	7.308,87	0,15	0,59	7,33	7,01	(0,04)
Área > 10.000	0,65	0,01	0,76	0,01	0,17	18.274,11	0,52	20.639,01	0,41	0,13	27,98	26,90	(0,04)

Fonte: Elaborado pelo(s) autor(es) Nota: (a) e (b) em mil estabelecimento, e (c), (d), (e) e (f) em mil hectares

dentes, que demandam terra para sua reprodução social, foram destinadas apenas uma pequena parcela, em geral, em terras pouco produtivas ou muito remotas e inóspitas. Aliás, em muitos casos são justamente as áreas destinadas aos programas de Reforma Agrária. Terras que precisam de muitos investimentos para produzir, portanto, pouco adequadas para a produção agrícola de famílias sem recursos. Esse tipo de agricultura, familiar, está baseada nos recursos naturais que o solo pode oferecer, uma vez que o poder de investimento é muito baixo.

4. Concentração da Posse de Terras no Estado de Mato Grosso medida pelo Índice de Gini: 1985 a 1995/96

O cálculo do índice de GINI no período analisado nas diferentes mesorregiões e microrregiões confirmam a forte concentração de terras existente em todo o estado. No ano de 1985 e 1995/96 os valores calculados, segundo o índice de Gini, são superiores a 0,901, ou seja, isto indica uma ABSOLUTA concentração de terra. As microrregiões que apresentam os maiores valores de concentração são: Rondonópolis, Jauru, Alta Floresta, Aripuanã e Colíder com valores de 0,964; 0,981; 0,984; 0,984 e 0,991 respectivamente. (Ver Tabela 5).

MESO-REGIÃO	MICRO-REGIÃO	MUNICÍPIOS	Área média 1985	Área média 1995-96	Índice de GINI 1985	Índice de GINI-1995-96
		17	563,81	632,80	0,973	0,968
CENTRO-SUL		16	467,22	590,72	0,973	0,965
	Alto Araguaia Pantanal	3	655,88	876,08	0,966	0,951
	Alto Paraguai	5	372,09	521,70	0,977	0,972
	Cuiabá	5	382,49	537,93	0,965	0,965
	Rosário-Oeste	3	252,66	253,49	0,979	0,977
NORDESTE		19	1.709,77	961,02	0,973	0,957
	Canarana	6	1.208,54	845,10	0,940	0,944
	Médio Araguaia	3	2.088,81	2.742,52	0,840	0,882
	Norte Araguaia	10	2.027,10	830,00	0,935	0,920
NORTE		41	669,09	610,66	0,972	0,972
	Alta Floresta	5	220,89	311,68	0,995	0,984
	Alto Teles Pires	5	1.931,44	923,13	0,907	0,938
	Arimas	6	867,97	780,13	0,961	0,951
	Aripuanã	6	608,66	739,29	0,984	0,984
	Colider	7	201,94	215,23	0,992	0,991
	Paranatinga	2	1.842,62	1.358,95	0,914	0,900
	Parecis	3	3.024,71	1.945,62	0,855	0,893
	Simpão	6	353,05	1.117,24	0,985	0,948
SUDESTE		22	410,58	650,02	0,968	0,971
	Alto Araguaia	3	1.228,42	752,27	0,917	0,934
	Primavera do Leste	2	-	1.204,85	-	0,909
	Rondonópolis	8	286,97	484,90	0,978	0,964
	Tesouro	9	460,76	699,87	0,959	0,953
SUDOESTE		19	26,82	382,49	0,988	0,953
	Alto Guapore	2	1.339,28	645,89	0,938	0,936
	Jauru	12	83,64	216,59	0,995	0,981
	Tangará	5	274,72	530,69	0,988	0,967

Fonte: Censos agropecuários 1985 e 1995-96. Cálculos elaborados pelo autor.

O exposto anteriormente revela como o processo de ocupação/desenvolvimento facilitou o processo de concentração da posse da terra, como a formação de latifúndios, os quais retêm a maior parcela da terra e representam ao mesmo tempo um número bem reduzido de grandes proprietários que por sua vez são os que detêm a maior parte da riqueza produzida no Estado (MORENO:2007). No ano(s) 95/96 a participação da agropecuária na área total do estado de Mato Grosso distribui-se como a seguir se apresenta: as áreas dedicadas a pastagens e lavouras ocupavam 21.250.421 e 3.423.629 hectares respectivamente, o que representa aproximadamente 43,4% e 7% do total (Ver Tabela 6).

Tabela 6- Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total e Utilização de Terras (Hectare) Estado de Mato Grosso 95/96

Grupos de Áreas	Utilização de Terras								
	Lavouras			Pastagens		Matas e Florestas		Produtivas não Utilizadas	Terras Improdutivas
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)		
(a)	5,10	0,50	0,20	0,00	0,10	0,00	0,00	0,10	0,10
(b)	30,90	4,20	6,00	1,60	4,80	2,20	0,40	4,10	2,60
(c)	25,30	22,10	18,30	13,40	20,70	10,20	3,00	13,40	12,60
(d)	21,10	56,60	46,80	41,10	46,60	36,10	14,30	47,30	40,10
(e)	14,20	16,60	28,60	38,40	24,30	33,90	82,40	34,50	42,60
(f)	3,40	0,00	0,00	5,50	3,60	17,70	0,00	0,70	2,10
Total	196	2.775	487	6.180	15.070	20.883	67	1.362	1.942

Fonte: CUNHA, José M. P. da. (2002).

Nota: (1) Lavouras permanentes; (2) Lavouras temporárias; (3) Temporárias em descanso; (4) Pastagens Naturais; (5) Pastagens Plantadas; (6) Matas e florestas naturais e (7) Matas e florestas plantadas.; (a): Menos de 10 ha; (b): 10 a menos de 100 ha; (c): 100 a menos de 1000 ha; (d): 1000 a menos de 10.000; (e): 10.000 a menos de 100.000; (f): 100.000 ha e mais

A natureza da utilização da terra e os agentes de sua apropriação privada constituem elementos imprescindíveis para a compreensão de como o processo de ocupação/desenvolvimento no Mato Grosso gerou uma escalada dos conflitos fundiários no próprio estado e na fronteira amazônica. Para Becker (1991), a criação de gado bovino para corte é a principal forma de organização da atividade produtiva nas terras de fronteira. Essa escolha pela pecuária extensiva pode ser explicada pela sua capacidade em capitalizar a agricultura a curto prazo e, ao mesmo tempo, justificar a apropriação de grandes quantidades de terra por poucos. A autora identifica dois grupos de agentes que possuem grande parcela das terras na região: as empresas agrícolas e os fazendeiros individuais. Além desses dois grupos, há ainda outros dois tipos de agentes importantes para a compreensão da disputa pela posse da terra na fronteira: os pequenos produtores e os grileiros.

Segundo essa análise, a empresa agropecuária consolidou o seu domínio na região na década de 1970, uma vez que o governo considerava impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários, e por isso o próprio governo deveria avaliar e conceder

subsídios aos empresários (Becker, 1991, p. 26). Esse processo de apropriação da terra baseado em empresas subsidiado pelo governo alterou a estrutura da concentração fundiária na região, estimulando fazendas de enormes dimensões e, por conseqüência, a estrutura social, ao expulsar os posseiros e induzir os fazendeiros a vender suas terras. Essas empresas, em virtude de sua maior capacidade financeira, acabavam desmatando áreas maiores e em ritmo mais intenso. O grande fazendeiro individual é pecuarista por tradição e utiliza a terra não só como reserva de valor, mas também como fator de produção. No entanto, o fazendeiro dispõe de menos recursos do que a empresa agrícola. Sendo assim, acaba contratando menos trabalho assalariado para a implantação do pasto e desmatando menos, embora de forma contínua.

Os pequenos produtores, em geral posseiros, pequenos proprietários, meeiros e rendistas, representam uma parcela significativa da população, mas não da área apropriada. Os posseiros continuam ocupando terras na fronteira, uma vez que ainda há estímulo econômico para a ocupação de terras. No entanto, esses agentes são os que mais sofrem a ação violenta na região, já que:

(...) o movimento de expansão das empresas empurra os pequenos produtores para terras menos férteis e/ou menos acessíveis, através do violento processo de expulsão e expropriação de suas terras. (Becker, 1991, p. 30).

Finalmente, o grileiro é o agente cujo expediente para obter extensões de terra é a falsificação de títulos de propriedade. Trata-se de um personagem clássico na expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, que exerce um papel central nas áreas de dominância de empresas e fazendas (Becker, 1991, p. 31). A generalização da violência na fronteira, no período que se analisa, é identificada, tanto por Becker (1991) quanto por Almeida (1992), como uma característica estrutural do tipo de desenvolvimento capitalista da região, posto que:

(...) as inovações técnicas decorrentes têm (...) função nitidamente conservadora porquanto não podem ser dissociadas do monopólio

da terra, dos mecanismos de imobilização e de atos coercitivos como forma de resolução de conflitos agrários. (Almeida, 1992, p.260).

5. Efeitos do Processo de Concentração da Posse da Terra no Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso: 1985 a 1995/96

Tentando minimizar a situação de aprofundamento da desigualdade social, redução do emprego agrícola, aumento da concentração da terra e da riqueza gerada por este padrão de desenvolvimento, na última década dos anos 90, as políticas públicas nacionais se voltaram um pouco mais para a questão da Reforma Agrária, que teve como consequência um aumento do número de assentamentos no país. Destaque-se, por exemplo, o “boom” que o estado de Mato Grosso teve neste período: em 1994 haviam sido realizados cerca de 50 assentamentos pelo INCRA, enquanto em 1999, esse número cresce para cerca de 275 (Gomes, 2000).

Sendo uma política importante para atenuar os conflitos e tensões do campo, impedir, ou ao menos, minimizar as pressões nos centros urbanos, e ocupar o território, estes programas de assentamentos tem sido insuficientes na promoção do desenvolvimento sustentável no estado de Mato Grosso. Na realidade os assentamentos acumulam grande número de dificuldades e desafios tais como: a regularização das terras ocupadas, como vem fazendo o INCRA, para que o assentado não se torne um posseiro; a viabilização econômica destes assentamentos, já que somente a posse do lote não garante a inserção econômica no mercado e a reprodução social das famílias assentadas. Na verdade, a falta de financiamento, assistência técnica e infra-estrutura – particularmente viária - têm sido comumente os fatores que tornam ainda mais vulnerável a condição de assentado, tornando-o muitas vezes presa fácil para os grandes latifundiários ou grileiros (Gomes, 2000).

Por outro lado, assentamentos em terras desgastadas, de má qualidade para fins agrícolas, sem a mínima infra-estrutura, ou lotes em áreas de mata fechada com péssima acessibilidade, além dos constrangimentos das leis ambientais, são realidades com que convivem os

migrantes que ainda hoje optam pela vida no campo, em especial no estado de Mato Grosso, sendo que nessas condições precárias não resta ao assentado senão buscar outras alternativas, como trabalhar na cidade, envolvendo em muitos casos, mudança definitiva para os centros urbanizados, como reflete a Tabela 7.

Tabela 7- Migrantes Interestaduais segundo Área de Destino: Urbana e Rural, por Microrregiões do Estado de Mato Grosso 70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Aripuanã	28,30	58,10	47,50	71,70	41,90	52,50
Alta Floresta	27,60	55,10	63,30	72,40	44,90	36,70
Colíder	10,00	62,50	63,90	90,00	37,50	36,10
Parecis	26,50	52,80	61,00	73,50	47,20	39,00
Arinos	25,40	64,30	60,00	74,60	35,70	40,00
Alto Teles Pires	34,80	58,30	59,20	65,20	41,70	40,80
Sinop	44,30	63,00	70,30	55,70	37,00	29,70
Paranatinga	28,50	53,20	62,50	71,50	46,80	37,50
Norte Araguaia	20,50	37,70	32,70	79,50	62,30	67,30
Canarana	31,30	54,40	64,10	88,70	45,60	35,90
Médio Araguaia	67,00	84,50	67,10	33,00	15,50	12,90
Alto Guaporé	38,90	57,70	58,60	61,10	42,30	41,40
Tangará da Serra	40,70	79,40	78,70	59,30	20,60	21,30
Jauru	31,20	63,20	78,00	68,80	36,80	22,00
Alto Paraguai	38,80	85,00	70,00	61,20	15,00	30,00
Rosário do Oeste	52,80	55,70	73,00	17,20	11,30	27,00
Cuiabá	91,90	97,40	95,80	8,10	2,60	4,20
Alto Pantanal	49,70	70,10	82,20	50,30	29,90	17,80
Primavera do Leste	-	68,50	80,30	-	31,50	19,70
Tesouro	32,60	67,60	63,20	67,40	32,40	36,80
Rondonópolis	64,70	81,10	81,50	35,30	18,90	18,50
Alto Araguaia	60,70	70,60	88,30	39,30	29,40	31,70
Total UF	45,00	69,90	70,70	55,00	30,10	29,30

Fonte: CUNHA, José M. P. da. (2002)

Percebe-se, na Tabela 7, que como resultado do próprio processo de ocupação/desenvolvimento no estado de Mato Grosso, a migração para as cidades no período do 70/80 a 91/96 aumentou em 25,7% (70,7% - 45,0% = 25,7%), o que equivale a dizer que a migração para o campo no mesmo período decresceu em 25,7%. As maiores migrações para as cidades registram-se nas microrregiões de Colíder, Jauru, Tangará da Serra, Alta Floresta e Sinop, com valores de 53,9%, 46,8%, 38%, 37,5% e 26%, respectivamente. Assim, a migração “temporária” aparece como uma estratégia ou como uma solução material num duplo

sentido: por um lado, a condição de assalariado permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre estas realidades, que, apesar de opostas, se relacionam mutuamente. Em outros termos, a economia capitalista avançada necessita desta mão-de-obra barata em seu espaço por algum tempo, e a economia miserável necessita do parco dinheiro, auferido por alguns de seus membros para continuar existindo. (Ver Moraes Silva & Martins R.; 2006)

Essa migração para as cidades termina alterando toda a dinâmica urbana e criando novas demandas por serviços públicos, tais como saúde, segurança, educação, abastecimento de água, tratamento de esgoto, saneamento básico, habitação, dentre outros. Isto pressiona a infra-estrutura existente, ao mesmo tempo em que exige maiores investimentos por parte dos governos municipais. Neste sentido, uma observação pode ser feita no período que se analisa: o modelo de desenvolvimento do agronegócio baseado na “livre concorrência e *sem interferência* do governo, seja ele estadual, municipal ou federal” no estado de Mato Grosso, não foi capaz de garantir via distribuição de renda, a fixação das famílias em suas propriedades.

Derivado do anterior, o(s) grupo(s) de atividade(s) que mais absorvem mão-de-obra são a pecuária e a lavoura temporária, que empregam respectivamente 53% e 25% do pessoal ocupado em Mato Grosso. É relevante destacar a importância da atividade pecuária em Jauru, Rondonópolis e Colíder, que empregam 26% do pessoal ocupado no estado. A lavoura temporária absorve um quarto das pessoas ocupadas na UF, mas em Alto Paraguai, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Tangará da Serra esse grupo de atividade emprega mais da metade das pessoas ocupadas. Como se percebe, a cultura permanente, assim como a horticultura e o extrativismo, exibe ínfima importância na absorção da mão-de-obra rural do estado. (Ver Tabela 8).

Tabela 8- Pessoal Ocupado segundo Grupos de Atividade Econômica (Pessoas); Estado de Mato Grosso em 1995/96

	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	Total
Alta Floresta	22,5	0,7	15	36,3	23,7	1,7	0	0	21.179
Alto Araguaia	25,60	0,50	0,20	69,70	1,80	2,00	0,00	0,10	4.221
Alto Guaporé	7,20	0,70	7,40	71,90	11,00	1,80	0,00	0,00	10.740
Alto Pantanal	10,80	0,60	9,30	61,30	17,00	0,60	0,20	0,10	14.041
Alto Paraguai	50,40	0,40	3,30	41,90	3,60	0,30	0,10	0,00	9.001
Alto Teles Pires	55,60	0,30	3,30	31,70	7,90	0,70	0,40	0,10	11.240
Arinos	17,90	0,60	13,00	53,60	11,80	2,80	0,00	0,10	10.559
Aripuanã	22,20	1,40	8,90	46,30	17,10	4,10	0,00	0,00	22.697
Canarana	18,60	0,50	7,70	63,50	8,70	0,90	0,00	0,00	16.585
Colíder	21,60	0,40	2,70	54,00	18,70	2,60	0,00	0,10	36.210
Cuiabá	15,60	2,40	8,60	59,30	12,50	1,00	0,60	0,00	12.933
Jauru	12,30	0,60	4,00	69,40	13,20	0,30	0,10	0,10	27.931
Médio Araguaia	4,10	0,20	0,60	89,50	4,50	0,40	0,20	0,60	4.530
Norte Araguaia	16,50	0,20	7,80	54,20	19,10	2,10	0,00	0,00	31.277
Paranatinga	13,20	0,40	3,10	68,30	11,20	3,80	0,00	0,00	6.353
Parecis	70,20	0,30	5,70	17,30	6,10	0,30	0,00	0,00	11.740
Primavera do Leste	61,70	1,00	0,60	31,80	4,40	0,50	0,00	0,00	5.281
Rondonópolis	22,20	1,80	15,10	54,10	6,20	0,30	0,20	0,00	22.160
Rosário do Oeste	45,70	0,70	5,50	30,90	12,50	4,40	0,40	0,00	9.617
Sinop	14,70	1,00	5,40	58,20	8,90	12,00	0,10	0,30	9.351
Tangará da Serra	52,00	0,80	4,10	38,10	4,50	0,10	0,10	0,40	20.00.002
Tesouro	13,00	0,30	1,60	74,80	9,30	0,40	0,10	0,10	11.780
Total UF	25,00	0,70	6,90	52,70	12,70	1,80	0,10	0,10	329.798

Fonte: CUNHA, José M. P. da. (2002)

Nota: (A) Lavoura temporária; (B) Horticultura e produtos de viveiro; (C) Lavoura Permanente; (D) Pecuária; (E) Produção Mista (lavoura e pecuária); (F) Silvicultura e Exploração Florestal; (G) Pesca e Aqüicultura; (H) Produção de Carvão Vegetal

Percebe-se que a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso (e que não deve ser confundida com a estrutura agrícola) caracteriza-se pela combinação perversa da extrema concentração e da extrema fragmentação da propriedade e da posse da terra. Mas proprietários e posseiros não são os únicos habitantes do meio rural. Existem nele também milhares de famílias de trabalhadores sem terra, em estado de extrema pobreza. Essa combinação de estrutura agrícola e estrutura fundiária criou uma situação que poder ser assim resumida:

O setor moderno está capacitado a responder rapidamente

tanto aos aumentos da demanda externa como da demanda interna de alimentos e de matéria prima. Esta capacidade, no entanto, só prevalece enquanto o país continua sendo um dos países com a pior distribuição de renda do mundo. Se houver uma redistribuição de renda um pouco mais equitativa, a demanda por alimentos aumentará exponencialmente e aí a resposta do mercado não será imediata - o que bastará para criar pressões inflacionárias suficientemente fortes para bloquear o esforço redistributivo. O setor atrasado é incapaz de gerar renda suficiente para assegurar níveis de vida aceitável para a maioria da população rural, porque os minifúndios não dispõem de terra suficiente para estabelecer uma exploração agrícola em escala econômica, e a maioria das unidades familiares, que são potencialmente viáveis, não dispõem de capital e assistência técnica para tornar sua exploração mais produtiva.

Por outro lado, a atividade agrícola não ocupa integralmente a força de trabalho rural durante todo o ano agrícola, originando-se daí o subemprego e a deterioração dos salários rurais. Metade dos trabalhadores rurais recebe salários inferiores à metade do salário mínimo e dois terços trabalham sem contratos formais de trabalho. Esses fatores estão determinando uma acelerada imigração da força de trabalho jovem para as cidades com conseqüências funestas para o desenvolvimento. Assim, a apropriação das terras situadas na fronteira agrícola e sua incorporação ao circuito econômico segue historicamente um padrão extremamente perverso que provoca a destruição de povos indígenas, a expropriação de pequenos posseiros; agressão ao meio ambiente, caracterizando-se pelo desmatamento irracional, uso abusivo de elementos químicos, pela falta de controle da erosão e pela destruição da fauna e flora naturais; e como é óbvio, pelos conflitos pela terra. (Aguiar, 2007).

6. Concentração de Terra e Desmatamento em Mato Grosso: 1985-1995/96

No período analisado, de 1978 a 1996, o ritmo anual do desmatamento no Mato Grosso variou entre 2.000 e 10.000 Km², com uma

média aproximada de 6.000 Km² por ano, ou seja, o equivalente à superfície de 555.555 campos de futebol por ano. (Ver Tabela 9)

Tabela 9- Superfície total desmatada em Km² no estado de Mato Grosso

ANO	Superfície desmatada (Km ²)	Taxa de desmatamento anual (km ² /ano)	Nº de vítimas fatais no campo
1978	20000	5140	-
1988	71500	5960	1
1989	79600	4020	3
1990	83600	2840	4
1991	84220	4674	0
1992	86500	6220	2
1994	91174	6220	3
1995	103614	10391	4
1996	112150	6543	4
1997	119141	5271	2
1998	125023	6466	2
1999	136968	6963	1
2000	143337	6369	0
2001	151040	7703	4
2002	158618	7892	2
2003	169034	10405	9

Fonte: PRODES, INPE, Disponível In: www.inpe.br e Comissão Pastoral da Terra (CPT) 2005. Conflitos no Campo. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=publicacao&action=publicacoes&cid=26>

Segundo Mendez del Villar *et al* (2005), a maior concentração se localiza ao longo dos principais eixos rodoviários e nas proximidades das principais cidades (Sinop, Sorriso, Colíder, Alta Floresta). Os municípios mais desmatados (mais da metade da sua superfície) concentram-se nas proximidades da BR-163: como Lucas de Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum e Sinop. (Ver Figura 2A e 2B). Na segunda categoria de municípios, cobertura vegetal superior a 50%, os desmatamentos ocorreram de forma mais rápida nos últimos anos: Vera, Santa Carmem, Tapurah, Claudia, Nova Ubiratan, Claudia, Itaúba. Uma última categoria de municípios apresenta taxas de vegetação ainda elevadas (mais de 80%), mas, atualmente, também estão sendo atingidos pela expansão da frente pioneira e pela valorização agrícola de novas terras: União do Sul, Marcelândia, Feliz Natal. Ressalta-se que esses municípios estão localizados à margem da BR-163.

Figura 2- Desmatamento em Mato Grosso (acumulado até Agosto 2004-2005).



Fonte: Mendez del Villar *et al* 2005)

Potencialmente, três agentes promovem a devastação de áreas, responsável pelo desmatamento da floresta e do cerrado. Ou seja, o

movimento de expansão de fronteira agrícola (processo de ocupação/desenvolvimento) obedece, num primeiro momento, a uma ordem de derrubada das matas pelos madeireiros, com posterior ocupação das áreas desmatadas com pasto para a criação de gado, segue-se com o cultivo de arroz por dois ou três anos passando para a etapa que fecha o ciclo, o plantio de soja. Mendez del Villar *et al* (2005), ao observar o comportamento da lavoura de arroz no Estado de Mato Grosso, identifica cinco tipos diferentes de dinâmicas produtivas que a seguir se descrevem (Ver Figura 3):

- I) Regiões de soja e milho em áreas de abertura com arroz;
- II) Substituição do arroz pela soja;
- III) Substituição do arroz pelo milho ou algodão;
- IV) À abertura de novas áreas agrícolas com arroz: formadas por aquelas regiões em que progressivamente a cultura do arroz é substituída pela soja e milho;
- V) Regiões de pastagens e gado

Figura 3- Tipologia das dinâmicas agrícolas em Mato Grosso em 2002



Fonte: Mendez del Villar *et al* (2005)

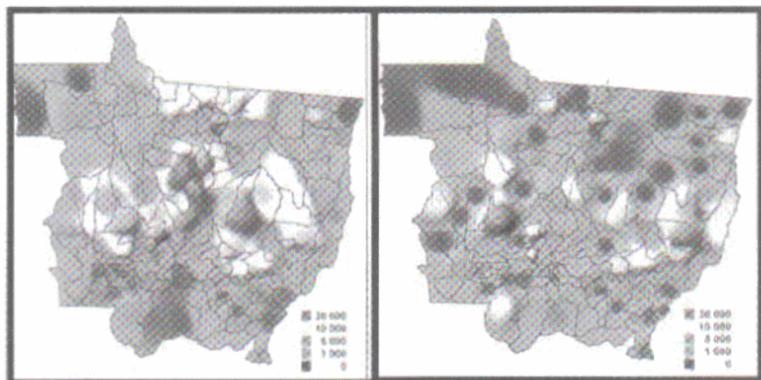
Da Figura nº 3, podemos realizar diferentes observações:

- a) Na realidade, a maior lucratividade da agricultura, comparada com a pecuária (no final do período analisado), tem motivado a venda ou o arrendamento de terras tradicionalmente dedicadas à pecuária sendo que a região norte de Mato Grosso, a pecuária está cedendo uma importante quantidade de áreas para produção de grãos³. Nestes casos, o preço da terra é determinado baseado tanto na expectativa de retorno financeiro da atividade quanto na facilidade de comercialização da produção. No primeiro caso, a soja oferece um retorno quase 40% maior que uma área semelhante com a atividade de pecuária. No segundo caso, o preço de mercado e a existência de boas vias de escoamento têm um forte peso⁴;
- b) Percebe-se a tendência de substituição da cultura do arroz pela da soja, milho e algodão. Se compararmos as regiões produtoras de arroz, existentes no início dos anos noventa em relação à situação de dez anos depois, observa-se movimento constante da cultura em direção ao norte do Estado e uma expansão na zona central (Ver Figura 4A e 4B), ou seja, há uma grande flutuação das áreas agrícolas. Uma das causas que contribuiu para a vulnerabilidade da rizicultura foi a instabilidade na comercialização, que desencorajou os produtores a fazerem investimento de longo prazo nesta atividade.

3 No leste do Mato Grosso um hectare de terra estava sendo negociado (no ano 2001-2003) por aproximadamente 225 sacas de soja (R\$ 6.750,00), um valor bem mais alto em relação ao preço quando a região se destinava a atividade pecuarista. Neste caso, o valor do hectare era negociado por 70 sacas.

4 A modo de exemplo em 2001, nos municípios de Água Boa e Querência o hectare de terra passou de R\$750,00/hectare, para R\$1.500/hectare. No ano 2003, o valor já estava em torno dos R\$6.000,00. (Ver Mendez del Villar *et all*, 2005).

Figura 4. Evolução das áreas de arroz em Mato Grosso no período 1990/02

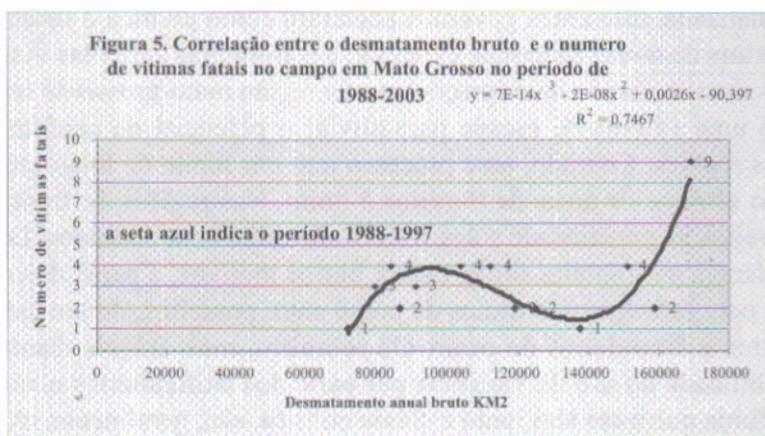


Fonte: Medes del Villar et al (2005)

Como já colocado, o padrão histórico de concentração de terras produz um efeito de expulsão dos trabalhadores rurais, em especial naquelas regiões, onde a concentração fundiária é ainda mais acentuada. A fim de evitar conflitos nas áreas onde a propriedade da terra já é institucionalizada, diferentes governos adotaram como política o incentivo à abertura de novas frentes de expansão das fronteiras agrícolas. Assim, o processo acelerado de migrações para a região mato-grossense serviu como uma válvula de escape para aliviar o potencial de conflito em outras regiões. Contudo, esse processo tem um limite de longo prazo, pois o estoque de áreas de florestas é finito. Nas regiões de fronteira, os direitos de propriedade sobre a terra não estão bem definidos. Logo, a violência na fronteira surge, dentre outros motivos, a partir dos conflitos pela definição dos títulos de posse entre posseiros, de um lado, e grileiros e fazendeiros de outro. Os posseiros, mais frágeis diante da possibilidade do uso da violência por parte dos latifundiários e, ainda, pela força que estes têm junto à classe política, são, geralmente, expulsos e obrigados a buscar novas terras para se estabelecer, ampliando, dessa forma, a fronteira agrícola. Ao expandir a fronteira, o posseiro tem que, necessariamente, preparar a terra para o cultivo; logo, é levado a desmatar para delimitar o seu espaço de ocupação. Com o tempo, atra-

vés da implementação gradual das funções típicas de estado (Schneider, 1994), a fronteira vai “envelhecendo” e os direitos de propriedade acabam sendo outorgados aos usuários da terra (ao menos, os que conseguiram remanescer). Uma vez reduzida a incerteza sobre os direitos de propriedade, passa a ocorrer uma demanda por terras por parte da classe média urbana local. Trata-se, na verdade, de uma motivação cuja base especulativa define novos padrões de apropriação e de valor da terra. Percebe-se, assim, que há uma correlação entre o problema da violência na fronteira agrícola e o desmatamento na mesma região.

Para convir com Sant’Anna e Young (2000) testamos empiricamente essa hipótese num exercício estatístico simples correlacionamos os dados referentes ao desmatamento bruto acumulado e o número total de conflitos no estado de Mato Grosso (Ver Tabela 9), (de 1988 a 2003, excluindo os valores de 1991 e 2000). O coeficiente de correlação encontrado foi $R = 0,74$, estatisticamente significativo. Esse resultado corrobora o argumento de que desmatamento e violência (no caso, medida por vítimas fatais de conflitos no campo) são dois processos indissociáveis no Estado (Ver Figura 5).



Fonte: Elaborado pelos autores

Isto é extremamente importante para poder entender que a dinâmica do desmatamento do estado está diretamente associada à(s)

dinâmica(s) produtiva(s) cuja gênese está atrelada ao modelo de ocupação/desenvolvimento insustentável (econômica, social e ambiental-mente) implantado no Brasil na década de 60/70. Ou seja, num primeiro momento há lucratividade da pecuária, bem como no momento consecutivo, quando esta terra (dedicada à pecuária até então) é transformada ou vendida para agricultura intensiva (soja, milho, algodão). Isto sinaliza, tanto para os agentes iniciais quanto para os próprios pecuaristas, que o desmatamento e a conversão das florestas em pastagens é rentável. Se não existissem esses lucros, não haveria interesse pela apropriação ou compra das terras convertidas e os desmatamentos certamente teriam ritmo muito menos intenso. Em todas as etapas do processo de desmatamento, os direitos de propriedade são assegurados com a ocupação física da terra, presença que é muito mais importante do que qualquer documento de posse, incentivando a ação de grileiros ou posseiros a ocupar terras e garantir sua transferência a novos atores com aversão ao risco relativamente maior, embora ainda baixo.

7. Comentários Finais

O trabalho demonstra que o modelo do agronegócio aplicado na ocupação/desenvolvimento do Estado representa uma atividade que “afasta” qualquer possibilidade de uma ocupação demográfica tradicional do espaço rural e com claros impactos no tecido urbano. Justamente neste sentido é que as possibilidades de continuidade de uma ocupação demográfica mais ampla do território do estado e, sobretudo, da inserção de novos e volumosos fluxos de migrantes ficam seriamente comprometidos. Há que se considerar ainda que o estado não se destaca apenas como líder na produção de soja, mas também de arroz, algodão, carne bovina e milho. Neste contexto, os impactos da política econômica (abertura comercial, fim dos subsídios diretos e indiretos e sobrevalorização cambial) sobre o setor agropecuário também devem ser considerados, uma vez que afeta este tipo de atividade. Nesse processo, os pequenos produtores, especialmente os assentados em projetos de colonização de áreas remotas do cerrado, acabam sendo expulsos pelo

“mercado”. A maioria volta-se para a pecuária, ou abandona as áreas. (Cunha, 2002).

Este é o cenário no qual deve-se compreender os impactos da atividade econômica na dinâmica de ocupação/desenvolvimento da região. A partir do momento em que a lavoura torna-se uma atividade de grandes produtores há um novo processo de exclusão (o primeiro ocorreu quando os produtores do sul assumiram o lugar dos produtores tradicionais do cerrado). A diferença, nesse caso, é que o produto, por exemplo, a soja, torna-se uma “mercadoria” negociada no mercado globalizado. Por outro lado, existe a pecuária, que sendo uma atividade importante no estado e destinada, sobretudo, à produção de carne, influem na dinâmica migratória regional, já que se trata de uma atividade que utiliza pouca mão-de-obra.

Portanto, as condições concretas de absorção da população em geral no trabalho rural, e do migrante, em particular, vão se reduzindo cada vez mais, seja por um processo de mudança produtiva e tecnológica, seja por uma progressiva concentração de terra. Nessas condições restam-lhes os centros urbanos que, no caso de Mato Grosso, a não ser alguns poucos, são também incapazes de absorver o excedente gerado na desarticulação da antiga atividade rural. Dessa forma, as possibilidades de continuidade de expansão demográfica do estado ficam muito reduzidas, como consequência da redução de seu poder de atração populacional e da expulsão de significativos contingentes, muitos deles retornando aos seus destinos ou reemigrando.

Referências

AGUIAR VANIA **Como a Terra está distribuída hoje no Brasil?**. Disponível In: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070510102647AARTjdm>. Acesso 25/11/2007.

ALMEIDA, A.W.B. **O Intransitivo da Transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965- 1985)**. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

- BECKER, B. **Amazônia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. Série Princípios.
- CAMARGO, ANA *et al.* **Distribuição da posse da terra no estado de São Paulo**. In: Revista de Informações Econômicas, SP, v;26, n:11, Nov,1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) 2005 **Conflitos no Campo - Brasil 2004**. Disponível In: <http://www.cptnac.com.br/?system=publicacoes&action=publicacoes&cid=26>. Acesso 25/11/2007.
- CUNHA, J. et al. **Migração e Transformações Produtivas na Fronteira: o caso de Mato Grosso**. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- FERNANDES MANÇANO, B. **Agronegócio e Reforma Agrária**. 2004. Disponível In: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=501>. Acesso 25/11/2007.
- GOMES, M. A. V. **Zoneamento sócio-econômico ecológico: diagnóstico sócio-econômico ecológico do estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação**. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso/SEPLAN/BIRD, 2000. (situação fundiária – parte 2:sistematização das informações temáticas – nível compilatório).
- HOFFMANN, R & GRAZIANO DA SILVA, J. **O censo agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural 999, Foz do Iguaçu.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censos Agropecuário**. Brasília, 1985, 1995-96.
- MARTINS DE CARVALHO H. **A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil**. 2004. Disponível In: http://resistir.info/brasil/questao_agraria.html. Acesso 25/11/2007.
- MENDEZ DEL VILLAR *et al.* **Impacto do Projeto de Asfaltamento da BR-163: Perspectivas da Sociedade e do Setor Produtivo Agrícola ao longo do eixo da Cuiabá – Santarém**. Brasília, DF, Brasil, junho de 2005.
- MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Mercados de Terras no Brasil: Estrutura e Dinâmica**. (Orgs.) REYDON P. B. & CORNELIO FRANCISCA. Brasília: NEAD, 2006.

MORAES SILVA MARIA APARECIDA & MARTINS R. C. **Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio.** In: Revista Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006. Disponível In: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr91-106.pdf>. Acessado em 25/11/2007.

MORENO, Gislaine. **“Terra e poder em Mato Grosso: Política e mecanismo de burla – 1882-1992.** Cuiabá, EDUFMT.2007.

PLATA, LUDWIG E. ARGUTO. **Mercado de terras no Brasil: gênese, determinação de seus preços e políticas.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

SANT'ANNA A. A. & YOUNG C. E. **Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: Duas faces de uma mesma moeda.** In: V Encontro Nacional de Economia Política, Fortaleza - CE. 2000. Disponível In: <http://www.ie.ufrj.br/gema/publicacoes.php>. Acesso 25/11/2007.

SCHNEIDER, R. **Government and the economy of the Amazon frontier.** LAC Regional Studies Program Report n ° 34. Washington D.C.: The World Bank, 1994.